

## **A presença do Brasil na América do Sul: integração regional e política externa brasileira em debate.**

**Por Rafael Araujo**

### **Resumo:**

O início da década de 1980 marcou um impulso nos projetos de integração da América Latina. Entusiasmadas pelo Brasil, e ancoradas na criação de uma agenda unificadora com os países da região, assistimos um intenso apoio à integração latino-americana pela diplomacia brasileira (substituída no pós-1994 pela prioridade à união sul-americana) que elevou a projeção de poder internacional do Brasil e, ao final dos dois mandatos de Lula da Silva (2003-2010), ao revigoramento do debate sobre o subimperialismo brasileiro na região.

As tentativas de fomento à integração regional se destacaram na agenda externa brasileira na segunda metade do século XX. Os governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), influenciados pela Cepal e seus debates sobre a desigual relação econômica centro-periferia, apoiaram a integração entre os latino-americanos, bem como a diversificação dos parceiros comerciais do Brasil, com o intuito de possibilitar a diminuição das nossas vulnerabilidades externas, elevar o nível de industrialização e a consequente saída do Brasil e da própria América Latina do subdesenvolvimento.

Posteriormente, a expansão para o exterior das empresas brasileiras e a busca de mercados consumidores (retardados por conta da crise econômica da década de 1980) consolidaram as relações com os latino-americanos enquanto prioritárias em nossa política externa. Esta tendência foi marcante até meados da década de 1990, quando ocorreu uma reorientação em suas diretrizes no sentido de priorizar as relações com a América do Sul.

Discutiremos neste trabalho as principais diretrizes da agenda externa brasileira no pós-ditadura, comparando, sobretudo, as políticas de FHC e Lula e as razões para a integração com a América do Sul ter se tornado prioritária para o Estado e empresas brasileiras nos últimos anos. Além disso, debateremos como tais fatores reavivaram as discussões em relação ao subimperialismo brasileiro, retomando os debates de Ruy Mauro Marini e mais recentemente Virginia Fontes.

## Introdução

O início da década de 1980 marcou um passo à frente nos projetos de integração da América Latina. Entusiasmadas pelo Brasil, e ancoradas na criação de uma agenda unificadora com os países da região, assistimos nessa década um intenso impulso à integração latino-americana pela diplomacia brasileira (substituída no pós-1994 pela prioridade à união sul-americana) que elevou a projeção de poder internacional do Brasil e, ao final dos dois mandatos de Lula da Silva (2003-2010), ao revigoramento do debate sobre o subimperialismo brasileiro na região.

As tentativas de fomento à integração regional não foram raras na história brasileira na segunda metade do século XX. Os governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), influenciados pela Cepal e seus debates sobre a desigual relação econômica centro-periferia, apoiaram a integração entre os latino-americanos, bem como a diversificação dos parceiros comerciais do Brasil, com o intuito de possibilitar a diminuição das nossas vulnerabilidades externas, elevar o nível de industrialização e a consequente saída do Brasil e da própria América Latina do subdesenvolvimento.<sup>1</sup>

O apoio à união regional promovida por Jânio Quadros e João Goulart simbolizaram também as diretrizes da política externa independente do período. O paradigma globalista (compreendido pela diversificação e autonomia das relações exteriores do Brasil como condição para a elevação do seu poder de barganha político-econômico em relação aos EUA e demais nações do mundo), reinante em nossa política externa nesse momento, propiciou críticas ao então existente americanismo<sup>2</sup> e uma postura externa com um viés mais nacionalista e diversificada. Além da união regional, a prioridade ao desenvolvimento econômico, a partir da industrialização e dos acordos comerciais com as potências médias do eixo norte-sul, foi buscada nesse momento.<sup>3</sup>

O golpe civil-militar em março de 1964 freou a política externa independente brasileira. Os governos militares posteriores desenvolveram uma agenda externa

---

<sup>1</sup> Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da Cepal. São Paulo-Rio de Janeiro, Record, 2000.

<sup>2</sup> O americanismo concebeu os norte-americanos como eixo da política externa. Para os seus defensores, uma maior aproximação a Washington significava a elevação dos recursos de poder do país.

<sup>3</sup> LIMA, Maria Regina Soares de. *Ejes analíticos y conflictos de paradigma en la política exterior brasileña*. América Latina/Internacional. Buenos Aires, 1994. P. 66 e seguintes.

cambiante, variando em momentos de maior aproximação com os EUA e períodos de maior distanciamento. Na gestão de Geisel (1974-1979) a política externa brasileira retomou o caminho do globalismo e de maior autonomia. Sua marca foi a “autonomia pela distância”<sup>4</sup>. Com ela se desenvolveu uma política externa que buscou incentivar o crescimento econômico brasileiro, o desenvolvimento científico e tecnológico nacional e a expansão das nossas empresas pela América Latina, África e Oriente Médio.

Ao agirmos autonomamente em âmbito internacional, não negamos as alianças com as grandes potências, mas estabelecemos acordos com economias correlatas ou menores, impulsionando um fio condutor da política externa brasileira: a busca do desenvolvimento econômico interno. Neste sentido, à medida que ampliamos nossos parceiros comerciais e os países receptores das empresas brasileiras geramos condições para o crescimento econômico nacional e dos lucros das empresas locais e internacionais aqui estabelecidas. Tal êxito, no entanto, não se traduziu em transferência de renda e diminuição da miséria da população brasileira.

A transnacionalização das empreiteiras brasileiras é um exemplo significativo do apoio a tal processo pela ditadura. Segundo Pedro Campos, entre 1972-1975 o volume de serviços de engenharia exportados pelo Brasil cresceu 700%. Essas obras ficaram centralizadas na América do Sul, África, América Central e Oriente Médio e tiveram por base a construção de rodovias e de hidrelétricas.<sup>5</sup>

A expansão para o exterior das empresas brasileiras e a busca de mercados consumidores (retardados por conta da crise econômica da década de 1980) consolidaram as relações com os latino-americanos enquanto prioritárias em nossa política externa. Esta tendência foi marcante até meados da década de 1990, quando ocorreu uma reorientação em suas diretrizes no sentido de priorizar as relações com a América do Sul.

---

<sup>4</sup> A “autonomia pela distância” na política externa caracteriza-se pela não aceitação automática dos regimes internacionais, pelo desenvolvimento do mercado interno e pela negação de certos aspectos da agenda das grandes potências com o intuito de preservar a soberania do Estado Nacional. IN: VIGEVANI, Tulio e CEPALUNI, Gabriel. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. IN: REVISTA CONTEXTO INTERNACIONAL, Rio de Janeiro, vol.29, n°2, julho/dezembro 2007, p. 283.

<sup>5</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini*. In: *Contra a Corrente: revista marxista de teoria, política e história contemporânea*. Ano 2, no 3, 2010. p. 70-71

Esta mudança de eixo teve três motivações: 1 – a adesão do México ao Tratado norte-americano de livre-comércio (NAFTA) em 1994, tendo como impacto um alinhamento aos EUA e às diretrizes de sua política externa; 2 – a visão da América do Sul como uma área estratégica para os interesses nacionais brasileiros e para a sua afirmação enquanto potência emergente e 3 – o debate teórico, que questiona a semântica histórica do conceito de América Latina e a validade de sua utilização nas Ciências Humanas.<sup>6</sup>

Com a redemocratização do Brasil, os governos civis impulsionaram a proximidade com os sul-americanos, sobretudo, os argentinos. Ainda que realizada vagarosamente (em razão das disputas no interior do Itamaraty entre uma política externa semelhante a de Menem<sup>7</sup> e outra, tradicionalista, que propunha o distanciamento em relação a Washington), esta aliança com os sul-americanos consistiu num elemento tangencial para o desenvolvimento econômico brasileiro.

As transformações ocorridas no sistema internacional com o fim da Guerra Fria e as reformas econômicas neoliberais alteraram a política externa brasileira. O desenvolvimento da “autonomia pela participação” foi o norte. A postura defensiva, ou “autonomia pela distância”, típica dos anos Geisel e Figueiredo, foi substituída por uma postura imperativa e participativa, que revigorou o multilateralismo, buscou uma maior institucionalização do sistema internacional, a defesa do livre-comércio e a implantação de um conjunto de reformas econômicas neoliberais (câmbio flutuante, privatizações, etc.).<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Sobre estes três elementos, ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf> e FERES JUNIOR, João. *A história do conceito de “latin america” nos Estados Unidos*. Bauru, São Paulo, 2005.

<sup>7</sup> O realismo periférico na condução da política externa argentina é compreendido pela aproximação com os EUA e alinhamento as suas diretrizes no pós-Guerra Fria. A concentração de poder econômico, político e militar nos EUA fez com que os formuladores da política externa argentina, sobretudo Carlos Escudé, defendessem uma maior aproximação do país em relação aos norte-americanos, com o intuito de retirar vantagens políticas ou econômicas dessa relação. Para maior aprofundamento, ver: SANTORO, Maurício. *Ideias, diplomacia e desenvolvimento – Ascensão e queda do realismo periférico na Argentina – Tese de doutorado defendida em 2008 no IUPERJ*. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/Santoro%20IUPERJ%20Realismo%20periferico%20en%20Brasil.pdf> Acesso: Jul/2010. Capítulo 1.

<sup>8</sup> DE LIMA, Maria Regina Soares e HIRST, Mônica. *Brasil como país intermediário e poder regional*. IN: *Os BRIC's e Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009. P. 48-49.

Os ares liberalizantes seguidos no Brasil se fizeram presentes na própria Cepal. Ao contrário das décadas anteriores, onde os cepalinos incentivaram políticas econômicas estatistas e desenvolvimentistas, ela incentivou ao final dos anos 80' do século XX a implantação de políticas de abertura comercial, desregulação da economia e eliminação das restrições ao investimento estrangeiro, desde que propiciassem a possibilidade de crescimento duradouro e sustentável das nações latino-americanas. As transformações nas orientações cepalinas seguiram as alterações na acumulação do capital, orientadas para a liberalização do fluxo de capitais e para o processo de desestatização.<sup>9</sup>

Com isso, tivemos a ascensão na América Latina de um “regionalismo aberto”<sup>10</sup>, definido como uma estratégia que priorizou os processos de liberalização e interdependência econômica em nível regional, impulsionado por acordos preferenciais de integração, em um contexto global de abertura comercial e desregulação econômica. As metas dessas políticas residiram na elevação da competitividade das nações latinas, bem como o apoio a uma economia internacional mais aberta e transparente, sem barreiras protecionistas.<sup>11</sup>

A integração, neste quadro, foi vista como um instrumento fomentador da ligação com o sistema internacional e o mundo globalizado. Esta perspectiva se diferenciou da ocorrida na década de 1960, quando a integração foi vista como um instrumento defensivo, que objetivou frear a interferência do centro do capitalismo em nossas economias, o estímulo à produção industrial e o fortalecimento do mercado interno.<sup>12</sup>

O “regionalismo aberto” objetivou, igualmente, a unificação latino-americana a partir do incremento de suas afinidades culturais, pela busca de acordos no tocante às políticas de segurança, pelo apoio mútuo à consolidação do sistema democrático e pela redução das assimetrias socioeconômicas dos países latino-americanos.

Baseado em tais princípios, FHC (1995-2002), destacadamente no seu segundo mandato, e, sobretudo, Lula (2003-2010) agiram diplomaticamente para incrementar a presença brasileira na América do Sul. Além das tentativas de fortalecimento do

---

<sup>9</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. Cit, p. 68.

<sup>10</sup> O regionalismo aberto refere-se ao desenvolvimento do processo de integração regional.

<sup>11</sup> TORRES, Jorge José. *El concepto integración latino-americana*. Buenos Aires, Editorial Dunken, 2008. p. 111.

<sup>12</sup> TORRES, Jorge José. *Ibid*, p. 113-115.

MERCOSUL (consolidadas na gestão de Lula), assistimos nesse período de 15 anos a uma série de cúpulas presidenciais lideradas pelo Brasil; acordos de cooperação energética, científica e tecnológica; promoção de projetos de infraestrutura (destacadamente transportes e comunicações); criação de órgãos, instituições e pactos (ALCSA<sup>13</sup>, Unasul<sup>14</sup>, Conselho sul-americano de defesa e Banco do Sul) que afirmaram a liderança do Brasil na região e a dinamização da integração sul-americana.<sup>15</sup>

Almejamos neste trabalho discutir as principais diretrizes da agenda externa brasileira no pós-ditadura, comparando, sobretudo, as políticas de FHC e Lula e as razões para a integração com a América do Sul ter se tornado prioritária para o Estado e empresas brasileiras nos últimos anos. Além disso, debateremos como tais fatores reavivaram as discussões em relação ao subimperialismo brasileiro, retomando os debates de Ruy Mauro Marini e mais recentemente Virginia Fontes.

### **1.1 – A política externa do Brasil no pós-ditadura e sua inserção na América do Sul**

O fim da Guerra Fria redirecionou os rumos da política externa brasileira, substituindo a “autonomia pela distância” pela “autonomia pela participação”. Com esta política o Brasil buscou influenciar agenda internacional na Nova Ordem Mundial. A defesa dos direitos humanos, a proteção ambiental, a transição democrática, os direitos sociais, as reformas liberais e a integração latino-americana consistiram em bandeiras reivindicadas e discutidas pela diplomacia brasileira em razão de suas novas diretrizes.<sup>16</sup>

O governo de José Sarney (1985-1990) realizou a transição entre os dois direcionamentos da política externa brasileira. A aproximação com a Argentina foi um dos eixos fundamentais de sua política externa. A crise econômica da década de 1980 e o desenvolvimento das redemocratizações propiciaram a aproximação dos dois países. Com a Declaração do Iguazu (1985)<sup>17</sup> e o Tratado de Integração, Cooperação e

---

<sup>13</sup> Área de livre-comércio sul-americana.

<sup>14</sup> União das Nações sul-americanas.

<sup>15</sup> DE LIMA, Maria Regina Soares e HIRST, Mônica. Ibid. p. 56-58.

<sup>16</sup> VIGEVANI, Tulio e CEPALUNI, Gabriel. Ibid, p. 286.

<sup>17</sup> Declaração do Iguazu. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_argt\\_256\\_733.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_256_733.htm) Acesso: Ago/2010.

Desenvolvimento (1989)<sup>18</sup> Sarney, e o mandatário argentino Raul Alfonsín (1983-1989), solidificaram as relações bilaterais entre as duas nações e impulsionaram a possibilidade de integração latino-americana.

As dificuldades econômicas à época (dívida externa, incremento do protecionismo no mercado internacional e deterioração do intercâmbio comercial) potencializaram a necessidade de união das nações latinas. Esta foi vista como o eixo dinamizador de uma maior capacidade de negociação com países centrais do capitalismo e suas instituições financeiras, além de promover uma maior autonomia da região.<sup>19</sup>

A aliança entre Alfonsín e Sarney se explicou por transformações nas visões estratégicas dos dois países. Os argentinos perceberam que deveriam direcionar maior atenção aos seus vizinhos, pois estes eram os únicos com os quais poderiam compartilhar soluções para problemáticas similares, complementar-se em condições equitativas e “compreender-se”, em virtude do compartilhamento de uma raiz cultural comum. A revitalização de sua economia, o combate à pobreza e à violência, e mesmo a estabilização política somente poderiam ser fomentadas com parcerias entre os vizinhos, destacadamente, o Brasil.<sup>20</sup>

Para os brasileiros a integração regional possibilitaria a expansão de suas empresas no exterior, a busca de mercados consumidores e o impulso à liderança do país na nascente ordem mundial. O fomento dos acordos comerciais e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura se tornaram eixos fundamentais da política externa do Brasil para a região, que foram travestidos de um discurso cooperativista com os seus vizinhos.

---

<sup>18</sup> Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_argt\\_281\\_758.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_281_758.htm) Acesso: Ago/2010.

<sup>19</sup> Ver: *Declaração do Iguazu*. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_argt\\_256\\_733.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_256_733.htm) Acesso: Nov/2010.

<sup>20</sup> GULLO, Marcelo. *Argentina-Brasil – A grande oportunidade*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006 (tradução Glória Rodriguez), p. 112.

## **1.2 – As políticas externas de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) e a inserção brasileira na América do Sul**

FHC e Lula, este com mais ênfase, consolidaram as diretrizes da política externa brasileira no pós Guerra Fria e a maior influência internacional do Brasil.<sup>21</sup> Advogar pelo livre comércio tornou-se uma das metas principais da política externa brasileira nos últimos 20 anos. Durante o segundo mandato de FHC e nos 8 anos de governo Lula, o Brasil posicionou-se radicalmente favorável à liberação dos fluxos comerciais no globo, em virtude dos benefícios financeiros que tal política traria para o país. Não tivemos uma postura ideológica, mas pragmática, pois a exportação de produtos agrícolas, e demais recursos naturais, consistem em aporte fundamental de divisas.

O segundo mandato de FHC (1999-2002) foi marcado por ajustes na condução da política externa brasileira. Os seus três pilares fundamentais (democracia, busca de mercados e apoio aos direitos humanos) foram mantidos, mas tivemos uma inflexão do discurso diplomático brasileiro no sentido de maiores críticas ao modelo vigente na estruturação do comércio internacional. Apresentamos críticas à OMC pelo protecionismo econômico das nações mais ricas, com a utilização, por exemplo, de barreiras não tarifárias sobre produtos agrícolas e que não foram repudiadas pela organização, pelo seu favorecimento aos países mais ricos.<sup>22</sup>

O advento do unilateralismo na política externa dos EUA, após os atentados terroristas da Al Qaeda às torres gêmeas em 11/09, acelerou tais ajustes na política externa brasileira ao final do governo FHC. Buscamos aprofundar o relacionamento com África do Sul, China, Índia e adotamos uma postura crítica à política exterior norte-americana. Tais elementos foram aprofundados por Lula, como veremos posteriormente.

A presença brasileira na América do Sul durante o governo de FHC foi marcada pelo discurso colaboracionista e, principalmente, pela busca de mercados. Buscamos a ampliação das nossas exportações e o aumento da fixação de nossas empresas nos nossos vizinhos. O fortalecimento do MERCOSUL se tornou prioritário para o Brasil,

---

<sup>21</sup> SOARES DE LIMA e HIRST, *Ibid.* p. 48-56

<sup>22</sup> ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. *A política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita*. Brasília, Câmara dos Deputados – coordenação de publicações, 2006, p. 77-87



além do impulso à conectividade física entre os países, catapultada com a criação da Iniciativa para a Integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA) em 2001.

Como dissemos anteriormente, a entrada do México no NAFTA, em 1994, reorientou a política externa brasileira. A América do Sul passou a ser o seu norte prioritário, ao invés da América Latina. FHC incitou este processo.

Durante o segundo governo FHC (1998-2002), o Brasil assumiu uma presença mais ativa na América do Sul e passou a desenvolver uma liderança mais ostensiva na região. Além de inaugurar uma série de cúpulas presidenciais sul-americana em 2000, Brasília também se tornou mais ativa na gestão de crises regionais. Tentou-se introduzir, de forma gradual, mais vida ao Pacto Amazônico (...) e procurou desenvolver uma agenda de cooperação com Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia.<sup>23</sup>

A liderança e o fomento da integração sul-americana pelo Brasil foram exacerbados com Lula. A diversificação dos parceiros comerciais do Brasil foi elevada e a cooperação sul-sul (fora do eixo Europa e Estados Unidos) se tornou central na agenda externa brasileira. O impulso às alianças com nações emergentes e subdesenvolvidas, como o Brasil, não se deveu aos desejos de união terceiro-mundistas nem anti-imperialistas. Esta agenda expressou o pragmatismo da política externa lulista na busca de mercados e áreas para investimentos do capital brasileiro e internacional associado, pois ao mesmo tempo em que desenvolveu o “eixo sul-sul”, manteve boas relações políticas e comerciais com norte-americanos e europeus.

Ao analisarmos a balança comercial brasileira entre 2003 e 2009 notamos a elevação do comércio exterior com “os países do sul”, comprovando a importância do multilateralismo e desta aproximação para a economia do país.

**Tabela 1 - Valor das exportações em US\$ e regiões (2003-2009) por ano.**

<b>Regiões</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Ásia	11685	14576	18565	20792	25086	37442	39426
América do Sul	10171	15722	21237	26751	31904	38364	27008
África	2862	4247	5891	7441	8578	10170	8692
Oriente Médio	2806	3688	4288	5745	6399	8055	7552

Fonte: Estatísticas de comércio exterior do Brasil. Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2477&refr=576> Acesso: Dez/2010.

<sup>23</sup> SOARES DE LIMA, Maria Regina e HIRST, Mônica. Ibid, p. 57

Os lucros comerciais da gestão Lula endossam nossa reflexão sobre a qual o maior ativismo externo de sua diplomacia permitiu a elevação das nossas exportações. As alianças com os subdesenvolvidos não foram alavancadas por laços de solidariedade e complementariedade, mas pelo desejo de ampliar nossos lucros no comércio internacional e também elevar o poder de barganha do Brasil nas negociações políticas e comerciais com centros do capitalismo (EUA e Europa).

O perfil da política externa de Lula demonstra uma mudança de orientação, mas não de metas e paradigmas. Cremos que a “autonomia participativa” foi substituída pela “autonomia pela diversificação”. Foram realizados ajustes na política externa brasileira, mas as suas metas, como a promoção do desenvolvimento econômico interno e a autonomia política brasileira, não se alteraram. A “autonomia pela diversificação” pode ser compreendida a partir dos seguintes elementos: desacordos com União Europeia e Estados Unidos em questões comerciais e ambientais, pressões por reformas no Conselho de Segurança da ONU, negação do unilateralismo, afirmação da liderança regional brasileira, promoção da aliança sul-sul, críticas às assimetrias políticas e econômicas entre as nações e a manutenção da autonomia externa brasileira.<sup>24</sup>

O governo Lula asseverou, igualmente, as políticas e discursos em torno da soberania e do cooperativismo, aumentando a possibilidade de união com as nações do sul. Tais discursos se direcionaram, basicamente, contra a exploração dos subdesenvolvidos pelo centro capitalista. Isso permitiu a consolidação das alianças com líderes mais à esquerda na América do Sul (Evo Morales, Hugo Chávez e Rafael Corrêa) e a união com nações da África, Ásia e Oriente Médio.

Sobre as modificações na política externa promovidas por Lula, Túlio Vigevani e Gabriel Cepaluni destacam:

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: 1ª contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; 2ª fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; 3ª adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural, etc.; e 4ª evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> VIGEUVANI, Túlio e CEPALUNI, Gabriel. Ibid, p. 308-321.

<sup>25</sup> VIGEUVANI, Túlio e CEPALUNI, Gabriel. Ibid, p. 291.

Lula da Silva, em conjunto com os demais mandatários sul-americanos, alterou os rumos da integração regional. Sem negar a centralidade das relações comerciais, se desenvolveram uniões produtivas, física, energética, financeira, militar e político-institucional. A IIRSA, a criação do Banco do Sul, o surgimento da Unasul e a conformação do Conselho de Defesa sul-americano expressaram tais elementos. O entusiasmo de Lula e seus assessores com a união regional elevou a aplicabilidade destes elementos, considerados por dirigentes brasileiros como ponto de partida para a presença sul-americana no mundo.<sup>26</sup>

Além disso, elas demonstraram três grandes fatores: 1 – a expansão dos mercados consumidores e das possibilidades de investimentos para as grandes empresas brasileiras da construção civil, indústrias de bebidas, têxtil, Bancos, Petrobrás, Vale e EMBRAER; 2 – a aspiração de liderança global do Brasil, que deveria ter como passo inicial a consolidação de sua proeminência na América do Sul e 3 – o interesse internacional pela América do Sul, em virtude das reservas energéticas (petróleo, hidrelétricas, gás e carvão) e produção de alimentos.

### **1.3 – A importância do BNDES e da IIRSA para a transnacionalização das empresas brasileiras.**

A transnacionalização das empresas brasileiras se consolidou na década de 1990. Segundo Ana Garcia, a implantação do neoliberalismo foi fundamental para este fenômeno. A liberalização das importações, do fluxo de capitais e a privatização das principais companhias estatais possibilitaram a expansão das empresas e capitais brasileiros para o exterior.<sup>27</sup>

As políticas externas do Estado brasileiro pós-1990, ancoradas no regionalismo aberto, impulsionaram a presença de investimentos brasileiros na América do Sul e elevaram o mercado consumidor para a indústria nacional. Estado e empresas privadas estiveram associadas na expansão do capital brasileiro no seu entorno. Exemplo

---

<sup>26</sup> GAMA, Marcos Vinicius Pinta. O Conselho de Defesa sul-americano e sua instrumentalidade. IN: JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W e ALSINA, João Paulo. *Segurança internacional - perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010. P. 349.

<sup>27</sup> GARCIA, Ana Saggioro. *Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta*. IN: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 13.

simbólico disso consistiu no financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à internacionalização das empresas brasileiras firmado em 2003. Segundo Ana Garcia:

O objetivo do banco foi estimular a inserção externa das empresas, mas desde que promovam as exportações brasileiras. Assim, o BNDES alterou seu estatuto, e passou a apoiar empresas com capital brasileiro na implantação de investimentos e projetos no exterior, mas com ênfase comercial, especialmente ligados aos projetos de integração regional. O primeiro grande empréstimo deste programa foi ao frigorífico brasileiro Friboi, que comprou 85% da principal empresa de carne bovina argentina, Swift Armour, aumentando assim significativamente suas exportações totais de carne em 2005. No caso do empréstimo ao Equador para a construção da hidrelétrica de San Francisco, o BNDES forneceu um pacote fechado ao país, determinando a contratação de uma empresa brasileira para a obra (no caso, a Odebrecht), assim como a aquisição de insumos e equipamentos provenientes do Brasil.<sup>28</sup>

O incentivo creditício do BNDES às empresas brasileiras esteve casado com o impulso à IIRSA. Ambos propiciaram investimentos financeiros na América do Sul<sup>29</sup> e a inserção das empreiteiras brasileiras no seu entorno.

A IIRSA ambiciona modernizar a infraestrutura regional e realizar ações específicas que estimulem a integração e desenvolvimento das sub-regiões continentais isoladas, com a justificativa de integrar politicamente, socialmente e economicamente a América do Sul. Além disso, a iniciativa também propõe o desenvolvimento da integração energética, dos transportes e das telecomunicações, com o intuito de propiciar melhores condições para o crescimento das cadeias produtivas, do consumo pelos mercados internos e para dinamizar as exportações sul-americanas para a Ásia.<sup>30</sup>

A capitalização de recursos financeiros e o número de projetos de integração física desenvolvidos pela IIRSA demonstram o seu vigor. Há 524 projetos de infraestrutura de transportes, energia e comunicações em desenvolvimento. Estes estão agrupados em 47 grupos que até junho de 2010 representaram um investimento total de aproximadamente US\$ 96 bilhões. Segundo informações da IIRSA, 73,7% desses

---

<sup>28</sup> GARCIA, Ana Saggiaro. Ibid. p. 14.

<sup>29</sup> O financiamento das obras realizadas pela IIRSA advém de várias frentes: Bancos multilaterais da região, bancos nacionais (como o BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Cooperação Andina de Fomento (CAF) e Fundo de Financiamento para o desenvolvimento da Cuenca de Plata (FONPLATA).

<sup>30</sup> Ver princípios orientadores da IIRSA. Disponível em: [http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/p/principios\\_orientadores/principios\\_orientadores.asp?Codigo=ESP](http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/p/principios_orientadores/principios_orientadores.asp?Codigo=ESP) Acesso: Dez/2010.

planos apresentam avanços significativos. 10,1% foram concluídos, 33,4% estão em execução e 30,2% se encontram em fase de pré-execução.<sup>31</sup>

Analisando os projetos da IIRSA, visualizamos que grande parte destes gira em torno do Brasil, MERCOSUL e da ligação dos Oceanos Atlântico e Pacífico. Dos dez “eixos de integração” da iniciativa, sete abrangem regiões e/ou estados brasileiros. Aproximadamente 57% destes investimentos giram em torno dos *Eixos de Integração e Desenvolvimento* “MERCOSUL-Chile” e “Peru-Brasil-Bolívia”.

Acreditamos que a IIRSA amplia a capacidade de exportação das *commodities* e recursos primários básicos brasileiros para a China (principal comprador brasileiro em 2009, com a marca de US\$ 20.191 bilhões – 13,2% do total das exportações) e destino de mais da metade das exportações para as nações asiáticas, que alcançou a cifra dos 25,8% em 2009. Além disso, as obras da IIRSA poderão elevar a capacidade do comércio exterior do Brasil com os seus vizinhos (comprador de 23,3% das exportações brasileiras em 2009, sendo o Mercosul responsável por 10,3% das compras).<sup>32</sup>

As relações comerciais do Brasil com a Ásia, América Latina e Caribe devem ser analisadas. Segundo dados de 2009, 64% das exportações brasileiras para os asiáticos se compuseram de produtos básicos, sem valor agregado. Já para a América Latina e Caribe, 81% das vendas se basearam em manufaturas. Neste sentido, vemos que a Ásia é um “destino natural” das exportações de recursos naturais brasileiros, situação esta semelhante a das demais nações sul-americanas, enquanto a América Latina e Caribe recebem a maior parte das nossas exportações manufatureiras.

O financiamento do BNDES a projetos da IIRSA beneficiam setores do grande capital brasileiro (agronegócio, empreiteiras e companhias exploradoras de minérios e demais matérias-primas), demonstrando que o banco é um ator fundamental para o crescimento da lucratividade de frações do capital que agem na exploração, nomeadamente, dos nossos recursos naturais.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> Ver a Carteira de projetos da IIRSA. Disponível em: <http://www.iirsa.org/Cartera.asp?CodIdioma=ESP> Acesso: Dez/2010.

<sup>32</sup> *Balança comercial brasileira – dados consolidados*. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1275505327.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1275505327.pdf) Acesso: Set/2010.

<sup>33</sup> Segundo dados do BNDES disponibilizados por Luis F. Novoa, os principais financiamentos aprovados pelo BNDES entre 2006 e 2009 giraram em torno de setores com uso intensivo dos recursos naturais, destacadamente: mineração, pecuária, papel e celulose, usinas hidrelétricas e etanol. Ver: NOVOA, Luis Fernando. *O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul*. p. 193-195. IN: *Empresas transnacionais*

Sob o argumento da “inserção competitiva” no mercado internacional e da elevação da competitividade das empresas brasileiras o BNDES, a partir de 2003, se reciclou, protagonizando “dinâmicas de concentração e centralização dos capitais postados no Brasil, projetado como uma coleção de habilidades, especializações e fronteiras de mercado”.<sup>34</sup> Desta forma, o banco passou a financiar projetos que potencializassem o grande capital no Brasil, elevando a dilapidação dos nossos recursos naturais e a maior exploração da mão-de-obra brasileira. As transnacionais situadas no país também se beneficiaram das políticas de financiamento do banco. A otimização da especialização da economia brasileira ocorre de duas formas, segundo Luis F. Novoa:

A primeira, procurando influenciar as filiais de transnacionais situadas no país ao adicionar elementos temporais-espaciais às estratégias delas, para que aqui estendam suas plantas operacionais. Nesse sentido, conta com um conjunto de estímulos governamentais coordenados que envolvem medidas de liberalização comercial e flexibilização legal, alianças empresariais público-privadas, com estatais orientadas para suplementar os requisitos dos mercados. A segunda é potencializar as empresas de capital brasileiro, de capital “nacional”, assim definidas como aquelas constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no país. Grande parte dessas empresas brasileiras são empresas casulo: ou incubadas pelo capital estrangeiro ou orbitando em volta dele. Empresas que se valem da vantajosa estrutura institucional oferecida pelo país para expandir e monopolizar faixas determinadas de cadeias produtivas transnacionais.<sup>35</sup>

O financiamento do BNDES as empresas nacionais e transnacionais consolidou a exploração dos recursos naturais e sua exportação. Seus empréstimos também possibilitaram o crescimento das empresas brasileiras e sua internacionalização sobre a América do Sul e outras regiões do mundo. Segundo Ana Garcia, o Brasil está em terceiro lugar, apenas atrás de China e Índia, no *ranking* das 100 empresas com capacidade de concorrer com as transnacionais norte-americanas e europeias. São 14 empresas brasileiras, destacadamente Petrobrás, Vale e as construtoras (ex: Odebrecht, Camargo Corrêa, Mendes Junior, etc.).<sup>36</sup> Além disso, como demonstrado por Virgínia Fontes, as empresas brasileiras internacionalizadas possuem parte substancial de suas

---

*brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo, Expressão Popular, 2009

<sup>34</sup> NOVOA, Luis Fernando. Ibid. p. 190

<sup>35</sup> NOVOA, Luis Fernando. p. 191

<sup>36</sup> GARCIA, Ana Saggiore. Ibid. p. 11.

receitas derivadas de lucros no exterior, chegando estas cifras a números exorbitantes, como a JBS-Friboi (81%), Conteminas (85,7%) e Odebrecht (70,4%).<sup>37</sup>

Creemos que o fomento do BNDES as empresas, em associação com a integração física, das telecomunicações e energética promovida pela IIRSA, elevará a transnacionalização das empresas brasileiras e sua competitividade no mercado internacional, alavancando ainda mais os debates sobre o subimperialismo do Brasil na América do Sul, como discutiremos a seguir.

#### **1.4 - O capital-imperialismo e a construção do subimperialismo brasileiro.**

Compreendemos que a formação do capital-imperialismo brasileiro teve quatro momentos fundamentais: 1 – o estímulo à indústria de base iniciada no primeiro período de Vargas (1930-1945); 2 - a abertura do país a forte penetração de capital estrangeiro durante o período Juscelino Kubitschek, com a conformação do Plano de Metas e do tripé da economia, a partir da associação dos capitais estatal, privado internacional e, em menor escala, privado nacional; 3 – a ditadura civil-militar e o seu apoio à financeirização da economia brasileira, à atração de multinacionais e expansão das empresas brasileiras no exterior – construção civil, indústria têxtil e de calçados e 4 - os governos FHC e Lula (1995-2010).

Os incentivos à indústria de base no Brasil pós-1930 possibilitaram condições estruturais para o crescimento industrial no Brasil durante a gestão de JK. O seu Plano de Metas criou condições para a “acumulação de capital em escala monopolista na estrutura econômica brasileira (...) em que a economia do país foi sendo submetida aos interesses dos monopólios estrangeiros e nacionais (...)”.<sup>38</sup>

O tripé econômico forjado por JK se manteve no período ditatorial. Concomitante ao crescimento dos monopólios estrangeiros no país, assistimos o desenvolvimento de grupos monopolistas nacionais, que contaram com o financiamento estatal. Nesta fase, a penetração do capital estrangeiro para a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos) permitiu a germinação de investimentos do capitalismo

---

<sup>37</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro, Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio e Editora UFRJ, 2010, p. 343-346.

<sup>38</sup> MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, p. 83.

local que ganharam vulto e se estabeleceram no lastro da fixação de empresas estrangeiras no país. O setor da construção civil (alavancado pela construção de Brasília, rodovias, hidrelétricas e pelos investimentos em habitação); as indústrias de autopeças, vidro, materiais de plástico e siderurgia (impulsionadas pela prioridade ao setor automobilístico); o sistema financeiro estatal e privado (incitado, ao longo da ditadura pelas linhas de crédito ao consumo interno); cresceram fortemente em paralelo a setores de bens de consumo não duráveis (calçados, bebidas, roupas e alimentos) que se expandiram no país ao longo do século XX.<sup>39</sup>

Ao longo da ditadura, dois setores fundamentais do capitalismo local se fortaleceram: a indústria de bens de capital e o setor financeiro. Este se robusteceu pela política de aglomeração, monopolização e pelo crédito ao consumidor para o acesso aos bens de consumo duráveis estimuladas pelo governo. Aquele se desenvolveu pela preocupação dos dirigentes da ditadura com o déficit da balança de pagamentos em razão da livre importação de máquinas e equipamentos para alimentar a indústria nacional, que havia sido autorizada por JK em 1957 e não foi revogada na ditadura. Isso permitiu o desenvolvimento de um empresariado local na produção de bens de capital, que foi fortemente financiado pelo Estado brasileiro.<sup>40</sup>

O golpe de 31 de março de 1964 traduziu o processo de dependência e associação da burguesia ao centro do capital. O projeto de modernização da sociedade brasileira e de fomento de um capitalismo de base nacional apresentado por João Goulart foi derrotado pelas forças conservadoras desejosas de aproximar o Brasil do centro capitalista.<sup>41</sup>

O desenvolvimento do capital monopolista brasileiro e da sua indústria não foi fruto de uma revolução burguesa de caráter democrático e nacionalista. Tivemos uma expansão capitalista dependente e subalterna, fincada numa violenta ditadura e na associação da burguesia brasileira com o capital internacional, que no pós 2ª guerra foi simbolizada na expansão das multinacionais.

---

<sup>39</sup> MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Op. Cit, p. 84-88.

<sup>40</sup> FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo, Edusp, 2006, p. 236 e MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Op. Cit, p. 91-97.

<sup>41</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. IN: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001 e ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1987. Introdução.



O capitalismo brasileiro se construiu de maneira semiperiférica no pós-1964 pelo país apresentar baixa densidade de luta de classes e condições favoráveis à atração do capital, tais como:

(...) um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um Estado plasticamente adaptado ao fulcro central da acumulação de capitais e com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; formas razoavelmente estáveis de contenção das reivindicações igualitárias populares (...).<sup>42</sup>

Acreditamos que o período ditatorial consolidou esse processo. Ao invés de promover um capitalismo independente e com raízes nacionais (almejado por Jango), nossa burguesia privilegiou a ligação subordinada ao capitalismo central. A forte repressão da nossa ditadura permitiu condições para o Brasil se tornar uma zona atrativa ao capital. O arrocho salarial, a frágil organização sindical e a impossibilidade de resistência à expropriação da força de trabalho, em virtude da violência, elevaram a capacidade de atração das multinacionais, o crescimento do empresariado nacional e trilharam o caminho para a dominação da sociedade pela burguesia.

Com o início do processo de distensão no governo Geisel, forçado, em parte, por setores dominantes desejosos em construir sua hegemonia com o discurso democrático, e também levado a cabo pelo crescimento das lutas de classes (simbolizadas na campanha pela Anistia e pela reorganização sindical, através do novo sindicalismo centralizado no ABC paulista) os dirigentes da ditadura possibilitaram a abertura do regime. Este processo foi fruto também do receio de setores dirigentes da ditadura em perder o controle do processo de abertura pela ascensão da luta de classes no país na 2ª metade da década de 1970.<sup>43</sup>

Assistimos no início da década de 1980 a emanação de uma forma de dominação burguesa que diminuiu a utilização da violência, se baseou em maior leniência com a participação popular e no fortaleceu a utilização dos aparelhos privados de hegemonia para desenvolver seu domínio sobre a sociedade.

---

<sup>42</sup> FONTES, Virgínia. Op. Cit, p. 307.

<sup>43</sup> TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil*. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura militar*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 245-249 e 263-271.

Com a ditadura, a expansão da indústria brasileira para o exterior ganhou impulso. Como afirmamos nesse trabalho, dirigentes da ditadura, através de uma política externa marcada pela “autonomia pela distância”, sobretudo nos governos Geisel, buscaram mercados consumidores para as exportações brasileiras e países para a ação das empresas brasileiras, destacadamente da construção civil do Brasil.

A crise econômica das décadas de 1980 e início de 1990 freou o processo expansionista do capital brasileiro. Este expansionismo foi retomado com o governo FHC e alcançou um patamar de destaque com Lula. Para isso, foi de fundamental importância as políticas externas autônomas desenvolvidas por ambos os presidentes.

O governo Lula consolidou o expansionismo de nosso capital sobre a América do Sul e África. O seu ativismo diplomático buscou não apenas a consolidação da liderança internacional brasileira ou a demonstração de condições para o ascenso do país ao Conselho de Segurança da ONU. Sua vigorosa atuação externa criou condições para a expansão do capital-imperialismo brasileiro.

Neste sentido, ainda que tenhamos uma burguesia contraditória e submissa aos anseios do centro do capitalismo, imprensada entre a “produção das *commodities* adequadas à posição subalterna, ao lado do estímulo e da expansão de empresas transnacionais”<sup>44</sup>, é inegável que a utilização de uma política externa diversificada potencializou a expansão do capitalismo brasileiro. Neste sentido, a popularidade interna e externa de Lula alavancou o impulso à transnacionalização das empresas brasileiras.

Internamente, governo e burguesia criaram um discurso consensual sobre os supostos benefícios à população que a transnacionalização das empresas e o aumento das exportações proporcionariam. Os oito anos de Lula, alavancados por uma conjuntura internacional favorável e pela relativa estabilização político-social, permitiram o desenvolvimento das forças produtivas internas, a relativa união das forças políticas e a atinente adesão popular para a internacionalização dos monopólios nacionais, associados aos internacionais.

Gramsci aponta que a construção de uma grande potência ocorre com o desenvolvimento das forças produtivas, com o fortalecimento das relações políticas militares, com a união de forças políticas e com a existência de tranquilidade interna,

---

<sup>44</sup> FONTES, Virgínia. Ibid. p. 312.

construída pela hegemonia dos setores dirigentes.<sup>45</sup> Guardadas as devidas proporções, acreditamos que tais condições se desenvolveram ao longo do governo Lula, sendo este governo útil para setores da burguesia nacional e internacional ligados a três setores fundamentais da nossa economia: agronegócio, construção civil e empresas extratoras de recursos naturais.

A crise econômica iniciada em 2008 gerou novas condições para a expansão do capitalismo brasileiro. As perspectivas de baixo crescimento dos EUA e Europa tornaram o Brasil uma área alternativa ao capital internacional para a sua valorização. Não apenas o Brasil apresenta condições objetivas para a sobrevalorização do capital. As perspectivas de constante crescimento da economia brasileira para os próximos dois anos (em torno de 4% em 2011 e 5% em 2012) geram condições para a consolidação não apenas do Brasil enquanto potência emergente, mas para a própria expansão do capital-imperialismo brasileiro sobre a América do Sul e áreas diversas do globo.

### **O subimperialismo brasileiro.**

Os debates realizados ao longo do texto sobre a política externa brasileira no pós-ditadura, a integração regional e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro almejavam traçar um breve histórico da expansão do nosso capitalismo para nos permitir analisar o subimperialismo brasileiro no início do século XXI.

Ruy Mauro Marini foi um dos principais fomentadores deste debate. Com o trabalho “*La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*”<sup>46</sup> o autor analisou as características do capitalismo brasileiro na 2ª metade do século XX e as razões para a germinação do subimperialismo.

O pós-2ª Guerra Mundial notabilizou-se pela reorganização norte-americana da economia capitalista mundial. Segundo Marini, o restabelecimento da normalidade no mercado internacional, permitindo o acesso aos mercados consumidores dos seus excedentes produtivos, e ampliação da possibilidade de acumulação de capital, cujos

---

<sup>45</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere - notas sobre o Estado e a política. Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2000, p. 19-36.

<sup>46</sup> MARINI, Ruy Mauro. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/006\\_acumulacion\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm) Acesso: Set/2010.

instrumentos básicos foram estabelecidos com a reestruturação capitalista estabelecida na Conferência de *Breton Woods* (criações do FMI, Banco Mundial, Banco Internacional de Reconstrução e Fomento e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT).<sup>47</sup>

O GATT ficou responsável por estabelecer o não protecionismo econômico, criando vantagens comerciais para a indústria norte-americana. As instituições financeiras seriam responsáveis por permitir a circulação de capitais e sua rentabilidade, a partir de empréstimos aos países subdesenvolvidos, por exemplo.

A expansão das multinacionais norte-americanas (e também das nações europeias) permitiu o controle dos aparatos produtivos nacionais dos países periféricos. Correlato a este processo, a monopolização foi ampliada, levando ao controle pelas grandes corporações multinacionais do centro capitalista da maior parte da produtividade global. Este processo catapultou a expansão global do capitalismo e o incrementou o seu controle das relações sociais. Tais mudanças levaram ao capital-imperialismo, segundo Virgínia Fontes:

Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais.<sup>48</sup>

A superexploração da mão-de-obra das nações periféricas e o conseqüentemente aumento da rentabilidade do capital constituem características destacadas da expansão dos grandes monopólios multinacionais dos países centrais. Estes elementos permitiram maior lucratividade e acumulação de capital pelas corporações das nações centrais, que

---

<sup>47</sup> MARINI, Ruy Mauro. Ibid. p. 1-2

<sup>48</sup> FONTES, Virgínia. Ibid. p. 149.

na busca do aumento da mais-valia<sup>49</sup>, estabeleceram filiais na periferia, cobrindo os mais distintos campos de atividade, tais como: agricultura e extrativismo dos recursos naturais, indústrias extrativa e manufatureira, comércio e serviços. As diferenças salariais dos EUA e Europa para América Latina e Ásia determinaram a expansão para a periferia das multinacionais, consistindo tal fato, característico do capitalismo contemporâneo, em elemento essencial para o aumento da sua taxa de lucro.

A transferência das multinacionais para a periferia permitiu, segundo Marini, uma nova economia capitalista e uma reconfiguração da divisão do trabalho na década de 1970. A indústria assumiu um papel mais proeminente, se fortalecendo também as áreas extrativas e agrícolas (no Brasil assistimos o início da Revolução Verde entre o final dos anos 60' e início da década de 1970). Ocorreu com isso, um reescalonamento, uma nova hierarquização piramidal dos países capitalistas, derivando no surgimento de centros medianos de acumulação - potências capitalistas médias - (como o Brasil) -, que levaram a emergência do fenômeno do subimperialismo.<sup>50</sup>

A reconfiguração do capital teve o Brasil como um dos centros. Como dissemos anteriormente, a ditadura, dando continuidade a uma política iniciada com JK, alavancou a entrada de capitais estrangeiros, propiciando a ascensão de um capitalismo monopolista de raízes nacionais associados às multinacionais, com estas concentrando mais capitais e mão-de-obra.

A industrialização brasileira propiciou um duplo fenômeno, que foi também influenciado pela expansão do agronegócio para o campo: a urbanização e o deslocamento de massas populacionais do campo para a cidade. Nas cidades, este processo propiciou o aumento do exército de reserva de mão-de-obra, possibilitando o aumento da mais-valia das empresas e os baixos salários (influenciados também pelo baixo nível de lutas sociais, em virtude do autoritarismo).

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro ao longo da segunda metade do século XX (associação de capitais estatal, privado nacional e privado estrangeiro) e a consolidação do Brasil enquanto potência capitalista média possibilitou a emergência do

---

<sup>49</sup> A mais-valia é compreendida pela diferença entre o valor que ele produz e o valor de sua força de trabalho. Ela é dividida absoluta (possibilitada pelo aumento da jornada de trabalho, alta intensificação do trabalho ou baixos salários) e relativa (conseguida através da redução de valores de uso consumidos pelo trabalhador, ou pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mesma quantidade de valores de uso).

<sup>50</sup> MARINI, Ruy Mauro. Ibid. P. 8.

nosso subimperialismo. Este é marcado pela “incidência do nacional para o processo de internacionalização do capital”<sup>51</sup>. O Estado consiste num ator fundamental para a expansão do capital, condição esta existente no Brasil pela política externa implantada pelos governos militares e civis, como debatemos acima.

O Brasil apresentou também duas condições objetivas, que para Marini são essenciais para o desenvolvimento capitalista: 1 - composição orgânica média em escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e 2 - o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só se acompanha de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, como também se mantém a margem do hegemom.<sup>52</sup>

A partir da década de 70’ do século XX o Brasil desenvolveu uma “dupla mola” que permitiu a circulação dos capitais aqui investidos e o seu conseqüente subimperialismo: a atração de capitais e a subsequente exportação dos que não fossem absorvidos no mercado interno. De forma subordinada e dependente o Brasil entrou no processo de exportação de capitais, na exploração do mercado consumidor externo e das fontes de energia. América do Sul, principalmente, América Central, Caribe, África e Oriente Médio foram os centros de recepção do capital e dos produtos exportados pelo Brasil.

A exportação de capitais pelo Brasil tem uma de suas raízes na baixa absorção de produtos por nosso mercado interno, segundo Marini. Para ele, o consumo interno era incompleto e fora marcados pela prioridade aos bens de consumo de luxo, direcionados às classes mais altas da sociedade brasileira e pela superexploração do trabalho. Por isso, o mercado externo era tão necessário para os capitalistas nacionais e estrangeiros. Sobre este processo, Virgínia Fontes aponta:

(...) A expansão para o exterior de capitais aqui sediados, brasileiros ou associados, seria duplamente marcada pela superexploração – a sustentação da produção dependente sujeitava-se a partilha de tal superexploração, enquanto o mercado interno assim forjado, ao excluir as massas (superexploradas) e se direcionar para a produção de bens suntuários, tornava-se incapaz de absorver a produção. Mantida a dependência, as exportações de capitais brasileiros se tornavam economicamente necessárias, pois suas condições de emergência, a superexploração e o aporte de capital externo, bloqueavam sua realização. Tanto capitais brasileiros quanto estrangeiros aos quais se associavam precisavam expandir-se para a América Latina,

---

<sup>51</sup> MARINI, Ruy Mauro. Ibid. P. 14.

<sup>52</sup> MARINI, Ruy Mauro. Ibid. P. 18.

convertendo o país em plataforma de exportação de capitais estrangeiros (e seus sócios brasileiros) para os demais países (...).<sup>53</sup>

Para Marini a fragilidade do mercado interno brasileiro foi essencial para a exportação dos nossos capitais, algo que consideramos um equívoco em sua teoria. Concordamos com as críticas realizadas a tal tese por Virgínia Fontes<sup>54</sup>, quando ela afirma que Marini desconsiderou uma das marcas mais importantes da industrialização brasileira: a indústria de substituição de importações. O *boom* desta foi fruto do apoio varguista no pós-crise de 1929 (estamos ignorando aqui a o surto industrial brasileiro ao longo da primeira Guerra Mundial - 1914-1918) e teve no mercado interno sua prioridade.

Ademais, Marini desconsiderou outros dois elementos: o fato da indústria brasileira ter tido com um dos seus pés mais importantes a indústria de bens de consumo não duráveis (portanto, voltadas para o consumo interno) e a abertura de linhas de crédito ao consumo na década de 1970 pela ditadura.

Creemos que Marini acertou quando afirmou que o subimperialismo brasileiro foi pautado pela dupla relação de subalternidade/dependência e predomínio. A expansão das transnacionais brasileiras e a busca de mercados consumidores externos pelo Brasil se inserem na lógica da busca de lucro para os capitais nacionais e internacionais a ele associados. Cumprindo o papel de potência média, os atores estatais brasileiros encetaram uma política externa que almejou áreas para a exploração do capital brasileiro e seus aliados externos.

Acreditamos que o desenvolvimento da integração regional pelo Brasil após a década de 1980 potencializou a consolidação do processo de expansão do subimperialismo brasileiro. Este não foi baseado na militarização e agressividade bélica do imperialismo ao final do século XIX e início do século XX, mas se deu através do *soft power*<sup>55</sup> de nossa política externa, exacerbado por Lula através da autonomia pela diversificação.

---

<sup>53</sup> FONTES, Virgínia. P. 357.

<sup>54</sup> FONTES, Virgínia P. 357-358

<sup>55</sup> Termo cunhado por Joseph Nye Junior para definir a influência política e/ou cultural de um Estado sobre outros. Ver: NYE JUNIOR, Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo, Unesp, 2002. P. 36 e seguintes

Neste sentido, o petismo foi mais útil à expansão das empresas brasileiras (agronegócio, construção civil, Petrobrás, Vale EMBRAER) do que os tucanos. O lulismo, com um “discurso leve”, pautado pelo cooperativismo, multilateralismo e apoio as alianças sul-sul diversificou os aliados externos, beneficiando comercialmente os monopólios nacionais e internacionais aqui presentes.

O incremento das relações externas brasileiras com nações africanas (como Angola, Moçambique e África do Sul), do Oriente Médio e, principalmente, com a América do Sul; a prioridade às relações comerciais com China e o estímulo à presença de nossas transnacionais no exterior, em obras de infraestrutura, por exemplo, propiciaram ganhos para a burguesia brasileira. O apoio significativo de suas frações à Dilma Rousseff, na eleição presidencial de 2010, evidencia que o petismo foi mais útil para a expansão do capital-imperialismo brasileiro e para uma relativa estabilidade político-social interna, pois ao mesmo tempo em que cooptou os principais movimentos sociais do país (CUT e UNE), ampliou a distribuição de renda com o Bolsa Família (que ao final de 2010 atendeu 12,8 milhões de famílias)<sup>56</sup> e o consumo popular, como provaram as políticas anticíclicas do governo na crise econômica de 2008-2009 (injeção de crédito ao consumidor, redução da taxa de juros e aumento dos gastos públicos).

A arrecadação superior do PT ao PSDB na campanha eleitoral de 2010 confirma sua utilidade para os monopólios privados nacionais e internacionais. Empresários como Abílio Diniz e Eike Batista, empresas da construção civil e grandes bancos doaram volumosas quantias financeiras à Dilma, apontando que o petismo foi útil para a estabilização do capitalismo brasileiro e sua expansão ao exterior.

Além disso, o petismo aprofundou o papel do BNDES e dos Fundos de Pensão na disponibilização de crédito para as grandes empresas. Isso foi conseguido através da aliança entre o capital e a burocracia sindical, propiciando que fundos de pensão se tornassem fundamental para o crescimento do capitalismo brasileiro.

Os discursos e o programa do candidato à presidência do PSDB José Serra na corrida presidencial de 2010, criticando as alianças do Brasil com nações da América do Sul, como a Bolívia; exprobando o reconhecimento da China como economia de mercado; as afirmações sobre as quais o Brasil deveria caminhar sem o MERCOSUL e

---

<sup>56</sup> *Bolsa família fechará 2010 com 12,8 milhões de família atendidas.* Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,bolsa-familia-fechara-2010-com-128-milhoes-de-familias-atendidas,658387,0.html> acesso: Dez/2010.



buscar o crescimento dos acordos com EUA e União Européia traduzem o erro de sua proposta externa e o possível revés que sua vitória traria a setores do empresariado brasileiro, beneficiados ao longo do governo Lula.<sup>57</sup>

O capital-imperialista brasileiro se expandiu fortemente ao longo dos últimos 8 anos por conta do discurso aliancista e cooperativista de Lula. Não utilizamos, por exemplo, a força militar na solução de controvérsias (Bolívia - nacionalização dos hidrocarbonetos em 2006 e Paraguai - revisão do acordo de Itaipu), mas negociações, ainda que duras, que foram revestidas de um discurso cooperativista e de compreensão em relação às necessidades materiais dos nossos “parceiros menores”. Neste sentido, cremos que não houve melhor governo para a expansão do capital-imperialismo brasileiro do que o PT.

### **Considerações finais.**

A consolidação do capital-imperialismo brasileiro ocorreu com a construção de aparelhos privados de hegemonia e forte repressão sobre a população brasileira. O pico da luta de classes na década de 1960 foi seguido do golpe civil-militar em março de 1964. No período pós-ditadura, a burguesia brasileira combinou o discurso democrático com a repressão aos movimentos sociais e a sua criminalização.

A consolidação da hegemonia burguesa sobre parcelas significativas da população, combinada com a consolidação dos monopólios privados no Brasil, associados e dependentes dos conglomerados internacionais, permitiu a expansão do capital-imperialismo brasileiro para o exterior. Esta foi realizada com um discurso de beneficiamento para a população que tal processo ofereceria. Ainda que tenhamos diminuído as desigualdades sociais na última década, mantivemos índices imperdoáveis de concentração de renda, comprovando que os altos lucros das nossas empresas no exterior não foram revertidos em benesses para a população.

A América do Sul é a área prioritária para a expansão do capital-imperialismo brasileiro. Diante da crise econômica nos EUA e União Europeia no pós-2008, a região

---

<sup>57</sup> *Programa de governo José Serra - uma agenda para o desenvolvimento sustentável do Brasil (tema 13: política externa e comércio exterior)*. Disponível em: <http://serra45.podbr.com/downloads/Programa-de-Governo-Jose-Serra.pdf> Acesso: Dez/2010. p. 164-169

se apresenta como uma alternativa extremamente viável ao fluxo de capitais.<sup>58</sup> A maior relevância da parte sul do continente americano na comunidade internacional possivelmente elevará a atuação do Brasil na região. O desejo dos dirigentes brasileiros em afirmar o país enquanto um *global player*, atuante no cenário internacional, elevará a necessidade de consolidação da liderança regional do Brasil.

O fortalecimento da integração sul-americana é uma necessidade para a afirmação desse protagonismo internacional. O destaque da América do Sul no mundo (25% das terras agricultáveis e 23% das reservas de água doce do planeta estão neste continente) reforça a prioridade da política externa brasileira nos últimos 30 anos para a região. Recentemente, a criação da Unasul e do Conselho de Defesa sul-americano - que busca articular as Forças Armadas da região para a geração de políticas comuns de defesa e a participação em fóruns internacionais -, ressaltaram a maior institucionalização e a irreversibilidade deste processo, que atende diretamente ao Estado brasileiro e as suas empresas.

## **Bibliografia**

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. *A política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita*. Brasília, Câmara dos Deputados – coordenação de publicações, 2006, p. 77-87

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1987. Introdução.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. São Paulo-Rio de Janeiro, Record, 2000.

---

<sup>58</sup> *Investimento estrangeiro direto na América Latina cresce 16,4% no semestre*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/822713-investimento-estrangeiro-direto-na-america-latina-cresce-164-no-semester.shtml> Acesso: Out/2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini*. In: *Contra a Corrente: revista marxista de teoria, política e história contemporânea*. Ano 2, no 3, 2010. p. 70-71

DE LIMA, Maria Regina Soares e HIRST, Mônica. *Brasil como país intermediário e poder regional*. IN: *Os BRIC's e Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2006, p. 236 e MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Op. Cit, p. 91-97.

FERES JUNIOR, João. *A história do conceito de "latin america" nos Estados Unidos*. Bauru, São Paulo, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro, Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio e Editora UFRJ, 2010, p. 343-346.

GAMA, Marcos Vinicius Pinta. *O Conselho de Defesa sul-americano e sua instrumentalidade*. IN: JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W e ALSINA, João Paulo. *Segurança internacional - perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010. P. 349.

GARCIA, Ana Saggiaro. *Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta*. IN: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 13.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere - notas sobre o Estado e a política*. Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2000, p. 19-36.

GULLO, Marcelo. *Argentina-Brasil – A grande oportunidade*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006 (tradução Glória Rodriguez), p. 112.

LIMA, Maria Regina Soares de. *Ejes analíticos y conflictos de paradigma en la política exterior brasileña*. América Latina/Internacional. Buenos Aires, 1994. P. 66 e seguintes.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, p. 83.

MARINI, Ruy Mauro. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/006\\_acumulacion\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm) Acesso: Set/2010.

NOVOA, Luis Fernando. *O Brasil e seu "desbordamento": o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul*. p. 193-195. IN: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo, Expressão Popular, 2009

NYE JUNIOR, Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo, Unesp, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. IN: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001

SANTORO, Maurício. *Ideias, diplomacia e desenvolvimento – Ascensão e queda do realismo periférico na Argentina – Tese de doutorado defendida em 2008 no IUPERJ*. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/Santoro%20IUPERJ%20Realismo%20periferico%20en%20Brasil.pdf> Acesso: Jul/2010.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil*. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura militar*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 245-249 e 263-271.

TORRES, Jorge José. *El concepto integración latino-americana*. Buenos Aires, Editorial Dunken, 2008. p. 111.

VIGEVANI, Tulio e CEPALUNI, Gabriel. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. IN: REVISTA CONTEXTO INTERNACIONAL, Rio de Janeiro, vol.29, nº2, julho/dezembro 2007.

## Fontes

*Bolsa família fechará 2010 com 12,8 milhões de família atendidas*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,bolsa-familia-fechara-2010-com-128-milhoes-de-familias-atendidas,658387,0.html> acesso: Dez/2010.

Declaração do Iguaçu. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_argt\\_256\\_733.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_256_733.htm) Acesso: Ago/2010.

*Investimento estrangeiro direto na América Latina cresce 16,4% no semestre*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/822713-investimento-estrangeiro-direto-na-america-latina-cresce-164-no-semester.shtml> Acesso: Out/2010.

*Programa de governo José Serra - uma agenda para o desenvolvimento sustentável do Brasil (tema 13: política externa e comércio exterior)*. Disponível em: <http://serra45.podbr.com/downloads/Programa-de-Governo-Jose-Serra.pdf> Acesso: Dez/2010. p. 164-169

Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_argt\\_281\\_758.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_281_758.htm) Acesso: Ago/2010.

Ver: *Declaração do Iguaçu*. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_argt\\_256\\_733.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_256_733.htm) Acesso: Nov/2010.